



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, por se encontrar em diligência judicial no Tribunal de Porto de Mós, conforme justificação apresentada e que se anexa à presente ata (**Anexo 10**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **5.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 324/13 – PC N.º 56/13 – SARA CATARINA DA SILVA SIMÕES**
3. **REQ. N.º 285/13 – PC N.º 314/12 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**
4. **REQ. N.º 429/13 – PC N.º 27/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.**
5. **REQ. N.º 2107/12 – PC N.º 375/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA**
6. **REQ. N.º 434/13 – PC N.º 57/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS**
7. **REQ. N.º 435/13 – PC N.º 222/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS**

8. REQ. N.º 418/13 – PC N.º 318/12 – CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL.
9. REQ. N.º 289/13 – PC N.º 127/05 – NÚCLEO DA LIGA DOS COMBATENTES
10. REQ. N.º 420/13 – PC N.º 75/13 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA
11. REQ. N.º 433/13 – PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS
12. REQ. N.º 467/13 – PC N.º 326/08 – CEPSA PORTUGUESA PETROLEOS, S.A.
13. REQ. N.º 412/13 – PC N.º 326/12 – KOEDA, LDA.
14. REQ. N.º 2343/11 – PC N.º 429/11 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES
15. REQ. N.º 1293/12 – PC N.º 123/12 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES
16. REQ. N.º 326/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECAÂNICA, METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.
17. REQ. N.º 822/10 – PC N.º 66/10 – PAULO JORGE FERREIRA SOUSA
18. REQ. N.º 2538/10 – PC N.º 26/06 – HABLENA – CONSTRUÇÕES E VENDAS IMOBILIÁRIAS, LDA.
19. REQ. N.º 1509/11 – PC N.º 171/07 – ILIDIO FERNANDES DA COSTA
20. REQ. N.º 616/12 – PC N.º 171/12 – MÁRIO JOSÉ NOGUEIRA MONTEIRO
21. REQ. N.º 445/13 – PC N.º 78/13 – JOAQUIM MANUEL DE CASTRO SISMEIRO
22. REQ. N.º 140/13 – PC N.º 385/11 – VITOR MANUEL SANTOS MARQUES
23. REQ. N.º 267/13 – PC N.º 130/11 – MARIA GRACIETE MIRANDA FERREIRA LAVOS MARQUES
24. ALTERAÇÃO À CONTA 51 – “PATRIMÓNIO” NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2012
25. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UMA CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO). ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.

26. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO EM JANEIRO - REQUERENTE: MARCO PAULO LOURENÇO PIMENTA DE SOUSA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.
27. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MARIA ISABEL DA SILVA FERREIRA - DEFERIMENTO.
28. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: NUNO FILIPE SOUSA CASTANHEIRA - DEFERIMENTO.
29. PRÉDIO DEGRADADO – RUA DA GUINÉ, N.º 25, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA JÚLIA DE JESUS FERREIRA DE ALMEIDA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA - AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE CORRECÇÃO DE PERIGOSIDADES E DEMOLIÇÃO INTEGRAL.
30. PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14, MARINHA - RISCO DE DERROCADA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
31. EDIFÍCIOS DEGRADADOS - RUA DOS NATURAIS, N.ºS. 24 A 28 – S. PEDRO DE MOEL - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA OUTRAS PROPRIEDADES E PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: ORLANDA MARLENE DE JESUS BRÁS (N.º 28) E SILVÉRIO & BRÁS, LD.ª. (N.ºS. 24 E 26) - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE CORRECÇÃO DE PATOLOGIAS E PERIGOSIDADES.
32. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
33. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS
34. EXECUÇÃO DA RUA DR. MANUEL ANTÓNIO DA COSTA – CEDÊNCIA 296,40M<sup>2</sup> DE TERRENO DE BELMIRO PARREIRA DE ABREU

35. EXECUÇÃO DA RUA DR. MANUEL ANTÓNIO DA COSTA – CEDÊNCIA 90M<sup>2</sup> DE TERRENO DE BELMIRO PARREIRA DE ABREU
36. LOTE 14, DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA.
37. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A INQUILINA CAMARÁRIA - CARLA SOFIA PAULO DE JESUS - RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA BLOCO 44 1.º DIREITO, MOITA
38. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA POR PARTE DA INQUILINA, MARIA DE FÁTIMA FERNANDES OLIVEIRA - RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 5, 2.º ESQ.º
39. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A INQUILINA CAMARÁRIA – NATACHA RAQUEL DIAS DO CARMO - RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA BLOCO 44 RÉ S DO CHÃO DIREITO, MOITA
40. ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO
41. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A 1 DE MAIO DE 2013
42. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3, R/C DRT.º, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL
43. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DO INQUILINO VIRGÍLIO JESUS SEQUEIRA GIL JOÃO DO RÉ S-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 DA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º DIREITO DO BLOCO 1 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVOS DE SAÚDE.
44. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA LUÍSA TORRES BAIÃO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 1.º DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO.
45. CEDÊNCIA DE TRANSPORTE GRATUITO – ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE
46. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 839, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012, COM O TÍTULO “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL”.

47. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE 37 HABITAÇÕES SOCIAIS: LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS.
48. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2.º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMEDIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
49. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE (P.A. N.º 06/2013-AP/DISU) – ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.
50. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - REVISÃO DE PREÇOS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21-03-2013.
51. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MARÇO DE 2013.
52. CRIAÇÃO DE POSTOS DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE
53. RESUMO DE TESOURARIA
54. ATENDIMENTO PÚBLICO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de doze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais três assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou se são verdadeiras as notícias que leu sobre a intenção de que o Museu do Molde seja concretizado nas instalações da Resinagem, e se há contactos concretos com as associações.
- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** perguntou qual o ponto de situação em relação aos terrenos da Dâmaso, uma vez que gostaria de saber se é verdade que há um pedido do Clube Motard de Vieira de Leiria e que haverá pessoas interessadas.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira colocou as seguintes questões:**
  - ⇒ Estado das vias de comunicação da Marinha Grande, concretamente as piores: Estrada da Marinha Pequena e a via de acesso ao S.L. Marinha, em que são mais os buracos que a estrada, sendo preocupante a situação e alvo de muitas queixas dos munícipes. Há também muitas e muitas estradas cujas condições se degradam de dia para dia, agravadas pelas chuvas dos últimos dias. Gostaria de saber se a Câmara planeia algumas intervenções, mesmo que pontuais, de modo a melhorar as condições dos utentes.
  - ⇒ Estradas das matas, que continuam cortadas, pelo que talvez já seja tempo de a Câmara ser menos complacente com a AFN. Esta situação representa um perigo com o aproximar do verão e dos fogos florestais, pelo que se questiona de que forma é que se pode intervir junto das instituições para apressar a resolução da situação.

**Em relação às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

Matas – referiu que a Câmara não tem sido complacente, e que está marcada uma reunião com o Secretário de Estado das Florestas, para dia 9 deste mês, às 10:00 horas, na qual vai tentar que os interesses da população marinhense sejam acautelados.

Museu do Molde – não é propriamente um museu, cuja instalação é um processo muito profundo e demorado. Foi chamada a CEFAMOL e os industriais, e em conjunto com o Museu do Vidro, está a ser criado um circuito de visita no antigo espaço da venda do peixe, que pretende ilustrar o que foi a indústria de moldes na Marinha Grande, pretendendo ser o embrião do futuro museu. Trata-se pois de uma zona de exposição sobre o início da indústria de moldes na Marinha Grande e o seu futuro, contemplando uma zona interativa.

Terrenos da Dâmaso – tanto quanto sabe, e das conversações havidas com o Administrador da massa falida, só há uma proposta, do Clube Motabout, de Vieira de Leiria.

Sobre este assunto, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou qual é afinal a posição da Câmara?

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que a informação de que a Câmara dispõe é que o Administrador da insolvência tinha o negócio fechado, com uma proposta, e se esse negócio caísse informaria a Câmara, pelo que neste momento aguardamos a comunicação sobre se o negócio foi concretizado ou não. Se não se concretizar o processo volta à sua fase inicial.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** voltou a questionar: se o negócio em curso não for avante, e tendo em conta os valores mais baixos (350.000 €), a Câmara tem interesse e vontade política em adquirir os terrenos ou não? A posição da Câmara não pode ser a de ficar sentada, à espera, e tem de ter uma atitude proactiva e não passiva, pois há que resolver o problema para o concelho e para a Vieira.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu, de acordo com a informação que possui, que a Câmara não respondeu por escrito à proposta que lhe foi dirigida pelo Clube Motabout.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que não foi enviada resposta escrita, uma vez que foi realizada uma reunião com o Clube, mas que pode ser formalizada por escrito.

Em relação às vias de comunicação, o Sr. Vereador informou que há dois processos em curso para arranjo de cerca de 10 vias no centro da cidade. Quando o tempo o permitir far-se-ão reparações com massas asfálticas.



## **1 - 5.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

253 - Presente proposta da 5ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**5ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 42.449,50 euros nos reforços e de 42.449,50 euros nas anulações;



**5.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 14.700 euros nos reforços e de 22.600 euros nas anulações;

**3.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 5.900 euros nos reforços e de 5.900 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 5ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - REQ. N.º 324/13 – PC N.º 56/13 – SARA CATARINA DA SILVA SIMÕES**

254 - Presente pedido de licenciamento de construção de moradia e muros de vedação, a levar a efeito num prédio localizado na Rua Vale das Noras, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande na ficha n.º 19761, apresentado por Sara Catarina da Silva Simões, residente em Rua Vale das Noras, n.º 8, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 20/03/2013, que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

**Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o projeto de arquitetura referente ao licenciamento de construção de moradia e muros de vedação, a levar a efeito num prédio localizado na Rua Vale das Noras, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Sara Catarina da Silva Simões, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
4. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 285/13 – PC N.º 314/12 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**

255 - Presente pedidos apresentados por Maria Helena Mendes Vinagre Sousa Artilheiro, com o NIF 121103714, residente na Rua 10 de junho, n.º 8, Moita, Marinha Grande, com vista ao licenciamento de obra de demolição de moradia, licenciamento de obra de construção de moradia, licenciamento de construção de muro de vedação na frente do prédio misto, com a área de 1278,58 m2, sito na Rua Figueira do Gomes, n.º 18, Moita, Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o n.º 227 e na matriz rústica sob o n.º 1358, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1488.

O projeto prevê a cedência ao domínio público 27,00 m2 para passeio, ficando o prédio com a área de 1251,58 m2.

Presentes pareceres técnicos datados de 12 de dezembro de 2012, e parecer técnico datado de 20 de março de 2013, a propor aprovação do projeto com a condição de apresentar peça escrita mais detalhada sob a descrição dos materiais de revestimento das paredes da cozinha, tomando em linha de conta as orientações patentes no artigo n.º 31º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos datados de 12 de dezembro e 13 de dezembro, ambos de 2012, e parecer técnico datado de 20 de março de 2013, que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir os pedidos apresentados por Maria Helena Mendes Vinagre Sousa Artilheiro, com o NIF 121103714, residente na Rua 10 de junho, n.º 8, Moita, Marinha Grande, com vista ao licenciamento de obra de demolição de moradia, licenciamento de obra de construção de moradia, licenciamento de construção de muro de vedação na frente do prédio misto, com a área de 1278,58 m2, sito na Rua Figueira do Gomes, n.º 18 Moita, Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o n.º 227 e na matriz rústica sob o n.º 1358, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1488, com os seguintes condicionalismos:**

- 1- Apresentação no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:

- a) Peça escrita com a descrição dos materiais de revestimento das paredes da cozinha, tomando em linha de conta as orientações patentes no artigo n.º 31º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU;
- b) Projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE.
- 2- Execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a via pública, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços técnicos competentes desta Câmara Municipal.
- 3- A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- O muro de vedação deve ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado.
- 5- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido.
- 6- Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços de fiscalização à obra, para verificação da sua implantação. O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
- 7- Face à existência de poços no prédio, caso o meio de extração dos recursos hídricos seja superior a 5 cv, deverá o requerente fazer prova de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 4 - REQ. N.º 429/13 – PC N.º 27/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.

256 - Presente requerimento n.º 119/13, datado de 2013/01/23, constante do processo camarário n.º 27/13, subscrito por Banco Espírito Santo, S.A., NIF n.º 500852367, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, Freguesia de Coração de Jesus, Concelho de Lisboa, 1250-142 Lisboa, a solicitar o licenciamento de legalização da alteração e ampliação de moradia existente, legalização da construção de anexos, telheiro e piscina, da obra de demolição de construções anexas levadas a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, da obra de alteração de muro de vedação existente, bem como das obras necessárias à regularização de todo o conjunto existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Marques Nobre, n.º 10, Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

- Processo camarário n.º 738/1976, em nome de José Leonel de Jesus faria, relativo ao licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de obras n.º 201/1977, de 07/03.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2013/03/04 e 2013/03/25, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos referidos, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:**

1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, incluindo a remate do passeio na zona do muro a corrigir, junto da Rua Joaquim Marques Nobre, sendo os materiais a utilizar, iguais aos materiais existentes no referido passeio.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Constatada a constituição das coberturas dos anexos a alterar, a demolir e do telheiro a alterar, em chapas de fibrocimento a substituir, deverá dar particular atenção ao estipulado no Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, dado as coberturas em fibrocimento conterem materiais em fibras de amianto, substância que se encontra proibida pelo referido diploma legal.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **5 - REQ. N.º 2107/12 – PC N.º 375/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA**

257 - Presente processo de licenciamento, apresentado por José Conceição Ferreira, portador do NIF 128566949, residente na Rua da Capela, n.º 6, lugar de Travasso, Freguesia e Concelho de Pombal, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação, existente na Travessa do Mar, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de

Leiria, a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 2135 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5546-P, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, constituído por um projeto de arquitetura, a que corresponde o registo de entrada com o n.º 2107/12 e por um conjunto formado pelos projetos de especialidade, a que corresponde o registo de entrada com o n.º 400/13;

Presente informação técnica datada de 27/03/2013 que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação;

Presente informação técnica datada de 28/03/2013, que refere ser necessário proceder a correções nos projetos de especialidades;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir a componente de arquitetura do processo de licenciamento, apresentado por José Conceição Ferreira, com o NIF 128566949, residente na Rua da Capela, n.º 6, lugar de Travasso, Freguesia e Concelho de Pombal, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação, existente na Travessa do Mar, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 2135 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5546-P, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:**
  - a) Peças desenhadas e escritas que permitam compatibilizar o projeto da rede de água com o de comportamento térmico;**
  - b) Peças desenhadas das plantas de cobertura com a implantação prevista para os painéis solares.**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que vierem a ser considerados como necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 434/13 – PC N.º 57/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS**

258 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização de construção de anexo e muro de suporte, localizada num prédio sito na Rua Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Armando Ferreira dos Santos, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 18/09/2012.

Presente projeto da especialidade - estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente informação técnica dos serviços de 26/03/2013 que atesta estar o projeto da especialidade apresentado, apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **7 - REQ. N.º 435/13 – PC N.º 222/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS**

259 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização, alteração e ampliação da moradia existente, localizada num prédio sito na Rua Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Armando Ferreira dos Santos, com o NIF 182598640, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 18/09/2012.

Presente projeto da especialidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 26/03/2013 que atesta estar o projeto da especialidade apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N.º 418/13 – PC N.º 318/12 – CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL.**

260 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização de edifício de armazém existente, localizada num prédio sito na Rua Esquerda, Lugar de Almoimha Velha, Freguesia da Moita, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 07/03/2013, apresentado por Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Leiria, CRL., com sede em Av. Combatentes da Grande Guerra, n.º33, Freguesia e Concelho de Leiria

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente informação técnica dos serviços de 26/03/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **9 - REQ. N.º 289/13 – PC N.º 127/05 – NÚCLEO DA LIGA DOS COMBATENTES**

261 - Presente processo de licenciamento, em nome de Núcleo da Liga dos Combatentes, com o NIF 500 816 905, com sede na rua do Ponto da Boavista, n.º 12, referente a obras de alteração ocorridas em obra, a recair num edifício destinado a sede da instituição, sito no mesmo endereço, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 14 880 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2 677, da freguesia e concelho da Marinha Grande.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente informação técnica datada de 28/03/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Núcleo da Liga dos Combatentes, com o NIF 500 816 905, com sede na rua do Ponto da Boavista, n.º 12, referente a obras de alteração ocorridas em obra, a recair num edifício destinado a sede da instituição, sito no mesmo endereço, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 14 880 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2 677, da freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 420/13 – PC N.º 75/13 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA**

Processo retirado da ordem do dia, para melhor análise.

**11 - REQ. N.º 433/13 – PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS**

262 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de legalização de moradia e construção de nova moradia, localizada num prédio sito na Rua Álvaro Ferreira da Silva, nº 48, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 05/07/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 28/03/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**

3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 467/13– PC N.º 326/08 – CEPESA PORTUGUESA PETROLEOS, S.A.**

263 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de instalação de estabelecimento de bebidas e legalização de edificação existente, em prédio urbano situado na E.N. 349, Barqueiro, Freguesia de Vieira de Leiria, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 24/03/2011.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 28/03/2013 que atestam estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o seguinte condicionalismo:

1. Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar a firma requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do artigo 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;
5. A afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
6. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N.º 412/13 – PC N.º 326/12 – KOEDA, LDA.**

264 - Presente requerimento n.º 412/13, datado de 2013/03/18, constante do processo camarário n.º 326/12, subscrito pela sociedade Koeda, Lda., NIF n.º 507621433, com sede na Avenida Francisco Lindoso, n.º 367 – 5.º B, Matarraque, Freguesia de São Domingos de Rana, 2785-452 São Domingos de Rana, pelo qual são aditados ao processo elementos

referentes ao pedido de licenciamento da obra de “*Alteração de Edifício*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito no Lugar de Amieirinha, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, pressupondo a sua constituição em Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Presentes um conjunto de processos antecedentes, correspondentes a diferentes fases de construção/ampliação, dispondo atualmente o edifício, do alvará de licença de utilização n.º 267/1998, datado de 1998/11/20, para fins industriais (unidade fabril), atribuído no âmbito do último processo de licenciamento registado sob o n.º 598/96 (alvará de licença de obras n.º 378/1998, de 1998/06/25).

Presente Pedido de Informação Prévia n.º 279/11, datado de 2011/07/25, relativo à viabilidade de “*Alteração de Utilização de Edifício Fabril*” existente, localizado na Estrada da Nazaré, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, deferido por deliberação camarária datada de 2011/12/07, transcrevendo-se a respetiva deliberação:

“(…)

*Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “Alteração de Utilização de Edifício Fabril” existente, localizado na Rua da Nazaré, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, para que o mesmo possa vir a dispor do uso de comércio/serviços.*

*Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.*

*Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos constantes do processo, a Câmara deliberou informar ser viável a alteração de uso solicitada, sendo que, em eventual Pedido de Licenciamento a apresentar, nos termos agora propostos, o mesmo ficará desde já condicionado ao cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios e demais legislação em vigor.*

*Deliberou ainda informar, que os parâmetros urbanísticos definidos para o local no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, impõe a necessidade de se prever garantido, um número de lugares de estacionamento no interior do prédio, com um ratio mínimo de 1Lugar/50m2 de área destinada a comércio/serviços.*

“(…)

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/03/28, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados, com determinadas condições.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/03/28 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. A instalação dos recetáculos postais domiciliários deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º do Código Civil.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. A afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
3. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
4. Deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, até 30 dias anteriores à data de entrada em utilização, as respetivas medidas de autoproteção a implementar, conforme prevê o a alínea a) do n.º 2 do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 14 - REQ. N.º 2343/11 – PC N.º 429/11 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES

265 - Presente requerimento n.º 2343/11, datado de 2011/11/18, constante do processo camarário n.º 429/11, subscrito por Joaquim Manuel Pereira Fernandes, NIF n.º 123766370, com residência na Avenida Victor Gallo, n.º 125 – Apartado 375, 2430-172 Marinha Grande, pelo qual é solicitada, ao abrigo do art. 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, diploma que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a concessão de licença especial para a conclusão da obra de “*Alteração e Ampliação de uma Moradia*” existente, localizada num prédio urbano sito na Avenida Victor Gallo, n.º 125, Freguesia de Concelho de Marinha Grande, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 670/1995, de 15/09, com 1.ª prorrogação concedida pelo alvará de licença de construção n.º 605/1996, de 09/09 e segunda prorrogação concedida pelo alvará de licença de construção n.º 109/1998, de 19/02 (Processo de Licenciamento n.º 732/1994).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/04/01, referindo:

1. O enquadrando da pretensão como pedido de licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Moradia*” existente, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do art. 4.º do RJUE e art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em virtude do referido alvará de licença de construção anteriormente emitido, se encontrar caducado, atendendo ao disposto na alínea *c*) do n.º 1 do art. 23.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20/11, diploma aplicável à data ao licenciamento de obras particulares, dado a referida obra não ter sido concluída no prazo fixado no referido alvará, ou nos prazos decorrentes das prorrogações concedidas ao abrigo dos n.os 6 e 7 do art. 19.º do referido diploma.
2. A conformidade das alterações apresentadas com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo projeto de alterações apresentado.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/04/01 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **15 - REQ. N.º 1293/12 – PC N.º 123/12 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES**

266 - Presente processo de licenciamento, apresentado por Joaquim Manuel Pereira Fernandes, contribuinte fiscal n.º 123766370, portador do BI n.º 4336371, residente na Av. Victor Gallo, n.º 125, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a oficina e armazém, existente na Rua do Fagundo, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes processos antecedentes, com os números 716/01 e 511/2004, indeferidos por deliberação tomada em reunião de Câmara, respetivamente de 15/07/2002 e de 26/07/2007, por apresentarem propostas que violavam o PDM da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 27 de março de 2013, que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação, por na proposta ser apresentado um índice de construção bruto de 0,65, que excede o índice de construção bruto previsto para o aglomerado de Albergaria, que é de 0,25.

**A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos**

100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, no prazo de 15 dias, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (R.J.U.E.), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar o disposto no n.º 10 do artigo 5.º do regulamento do PDM, ao apresentar uma construção excessiva face às dimensões da parcela em que se encontra, tendo em conta que é apresentado na proposta um índice de construção bruto de 0,65, que excede o índice de construção bruto previsto para o aglomerado de Albergaria, que é de 0,25.

Deliberou igualmente informar que deverá proceder à entrega dos documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de abertura, sobre a estrema e a menos de 1,5m do prédio vizinho, dos vãos existentes na fachada Nascente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N.º 326/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECAÂNICA, METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.**

267 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vidromecânica, Metalomecânica Vidreira, Lda., com o NIF 501 630 341, com sede na Rua Central - Garcia, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente na rua Central, n.º 22, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19712 e na matriz predial urbana sob o n.º 19650-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 01/04/2013 que atesta não se encontrar processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 1003/97, PC 236/98, PC 1026/98 e PC 840/99, deferidos em reunião de Câmara, respetivamente, de 11/02/1998, 13/05/1998, 30/09/98 e 9/03/2000;

**A Câmara Municipal deliberou:**

Notificar em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o requerente, Vidromecânica, Metalomecânica Vidreira, Lda., com o NIF 501 630 341, com sede na rua Central - Garcia, concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu processo, referente à ampliação de um edifício destinado a indústria, existente na rua Central, n.º 22, Garcia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19712 e na matriz predial urbana sob o n.º 19650-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º

**555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por:**

**1.- Violar o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11º do regulamento do PDM, por pretender construir em terreno situado em área não urbanizável junto à estrema Nascente do terreno em que se situa a unidade industrial, não respeitando os 15 metros de afastamento mínimo de qualquer construção a essa estrema;**

**2.- Contrariar o n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de Janeiro, por pretender construir numa área “non aedificandi”, em virtude de se encontrar num terreno situado fora de área urbana e classificada com a classe de risco alta e muito alta, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N.º 822/10 – PC N.º 66/10 – PAULO JORGE FERREIRA SOUSA**

268 - Presente projeto de licenciamento relativo à obra de construção de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 66/10, incidente sobre um prédio sito na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, Lugar de Fonte Santa, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Paulo Jorge Ferreira Sousa, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2013/03/18, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/03/18, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

- 1. Considerando que o interessado, Paulo Jorge Ferreira Sousa, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi notificado em 2011/02/16 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de construção de muros de vedação, a levar a efeito um prédio sito na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, Lugar de Fonte Santa, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/09/30;**
- 2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, decorreu o prazo de um ano;**
- 3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º**



555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Paulo Jorge Ferreira Sousa, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 66/10, para construção de muros de vedação, num prédio sito na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, Lugar de Fonte Santa, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - REQ. N.º 2538/10 – PC N.º 26/06 – HABLENA – CONSTRUÇÕES E VENDAS IMOBILIÁRIAS, LDA.**

269 - Presente projeto de licenciamento de construção de bloco habitacional e comercial, a que foi atribuído o número de processo 26/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, Freguesia de Marinha Grande apresentado por HABLENA – Construções e Vendas Imobiliárias, Lda., com o NIF n.º 502493984, com escritório na Rua Poetisa Natália Correia, n.º 234-A, Leiria, Freguesia de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião datada de 27/11/2008.

Presente informação técnica, datada de 01/04/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada, por ter decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, e do prazo resultante das prorrogações concedidas por despachos de 2009/12/18 e 2010/11/29.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de bloco habitacional e comercial, a que foi atribuído o número de processo 26/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, Freguesia de Marinha Grande apresentado por HABLENA – Construções e Vendas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Imobiliárias, Lda., com o NIF n.º 502493984, com escritório na Rua Poetisa Natália Correia, n.º 234-A, Leiria, Freguesia de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, e respetivas prorrogações, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2008/11/27, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **19 - REQ. N.º 1509/11 – PC N.º 171/07 – ILIDIO FERNANDES DA COSTA**

270 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 171/07, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cemitério, Pilado, Freguesia de Marinha Grande apresentado por Ilídio Fernandes da Costa, com o NIF n.º 132787342, com residência na Rua Principal, n.º 71, Moita do Boi, Freguesia de Louriçal, Concelho de Pombal, aprovado por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 20/07/2009.

Presente informação técnica datada de 28/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

*“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 171/07, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cemitério, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande apresentado por Ilídio Fernandes da Costa, com o NIF n.º 132787342, com residência na Rua Principal, n.º 71, Moita do Boi, Freguesia de Louriçal, Concelho de Pombal, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, nem no prazo resultante das prorrogações que lhe foram concedidas, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença para realização da operação urbanística, concedida por despacho do Vereador do Urbanismo datado de 2009/07/20, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N.º 616/12 – PC N.º 171/12 – MÁRIO JOSÉ NOGUEIRA MONTEIRO**

271 - Presente requerimento apresentado pelo Administrador de Condomínio, a solicitar a verificação das condições de segurança e salubridade do edifício sito na Av. D, João Pereira Venâncio, n.º 500, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 13/12/2012, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria, realizada em de 26 de dezembro de 2012, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

**Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras consideradas necessárias a sanar as patologias detetadas, de acordo com o descrito no mencionado auto, designadamente:**

- **Limpeza com jacto de água das superfícies cobertas com fungos, tratamento das mesmas com agente biocida e pintura com tinta de água do tipo “CIN ERALIT” ou similar aplicada de acordo com as respetivas especificações técnicas;**
- **Picagem do reboco remanescente ao longo dos topos das lajes dos terraços, preparação da superfície e aplicação de reboco com argamassa aditivada com adjuvante líquido do tipo “Viscobond” da “SIKA” e pintura com tinta de água do tipo “CIN ERALIT” ou similar aplicada de acordo com as respetivas especificações técnicas;**
- **Reparação da superfície inferior das lajes dos terraços, incluindo remoção dos materiais de revestimento deteriorados, limpeza e preparação da superfície reparação do reboco e pintura com tinta de água do tipo “CIN ERALIT” ou similar aplicada de acordo com as respetivas especificações técnicas;**
- **Reparação das fissuras existentes no interior do edifício, incluindo picagem das áreas de reboco interiores, em tetos, sancas e paredes, danificadas ou fissuradas, recobrimento das mesmas com argamassa de cimento, cal e areia sobre rede, plástica ou em fibra de vidro, e pintura com tinta idêntica à existente;**
- **Reparação de elementos estruturais verticais, incluindo picagem e limpeza das áreas expostas, aplicação de argamassa de reposição, com cimento e areia ao traço 1:3 e pintura com tinta de água do tipo “CIN ERALIT” ou similar aplicada de acordo com as respetivas especificações técnicas.**

**Mais deliberou conceder um prazo de 45 dias para a respetiva execução dos trabalhos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - REQ. N.º 445/13 – PC N.º 78/13 – JOAQUIM MANUEL DE CASTRO SISMEIRO**

272 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 445/13 de 22/03/2013, de Joaquim Manuel de Castro Sismeiro, com o NIF 1126446164, residente em Rua Heróis do Ultramar, Lote 14, Freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1055, de 1963, e titulada pelos alvará de licença de construção n.º 352, emitido em 24/05/1962 e n.º 278, emitido em 05/04/1963.

Presente parecer técnico datado 26/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua António Luis Gomes, nº 6, lugar de Paria da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Joaquim Manuel de Castro Sismeiro, residente em Rua Heróis do Ultramar, Lote 14, Freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**22 - REQ. N.º 140/13 – PC N.º 385/11 – VITOR MANUEL SANTOS MARQUES**

273 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 140/13 de 28/01/2013, de Vitor Manuel Santos Marques, com o NIF 180404148, residente em Rua 1.º de Dezembro, n.º 58,

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 385/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 119/12, emitido em 17/01/2013.

Presente parecer técnico datado 27/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua 1.ª de Dezembro, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Vitor Manuel Santos Marques, residente em Rua 1.ª de Dezembro, n.º 58, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**23 - REQ. N.º 267/13 – PC N.º 130/11 – MARIA GRACIETE MIRANDA FERREIRA LAVOS MARQUES**

274 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 267/13 de 26/02/2013, apresentado por Maria Graciete Miranda Ferreira Lavos Marques, com o NIF 195383214, residente em Rua dos Francos, n.º 109, lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 130/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 123/12, emitido em 14/01/2013.

Presente parecer técnico datado 27/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Francos, n.º 19, lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Maria Graciete Miranda Ferreira Lavos Marques, residente em Rua dos Francos, n.º 19, lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

#### **24 - ALTERAÇÃO À CONTA 51 – “PATRIMÓNIO” NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2012**

275 - Presente informação da Área de Património nº 1/552 de 31/12/2012, propondo a alteração à conta 51- “*Património*” no âmbito da prestação de contas do ano 2012.

A Câmara Municipal após a análise da presente proposta e concordando com os fundamentos expostos na mesma, em cumprimento do disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a presente proposta de alteração à conta 51 – “*Património*”, com efeitos reportados a 31/12/2012 e no âmbito da prestação de contas do ano 2012, bem como submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea c), do nº 2, do artigo 53º, do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UMA CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO). ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.**

276 - Tendo em conta que, associado à Casa da Cultura, ao Museu do Vidro e à Galeria Municipal, foi previsto um espaço destinado ao funcionamento de um estabelecimento de cafetaria.

Tendo em conta que esta Câmara Municipal não dispõe de conhecimentos, nem de aptidão para assumir a gestão direta desse estabelecimento.

Tendo em conta que é possível, através de um procedimento concorrencial, obter propostas de exploração no mercado, mediante condições que salvaguardem a prossecução do interesse público.

Tendo em conta que podem e devem ser criados incentivos à criação de postos de trabalho, o futuro responsável pela exploração beneficiará de uma redução de 25 % sobre o valor da renda mensal, no caso de criar e manter dois novos postos de trabalho.

Presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, nº. 1, alínea b), 21.º, nº. 1, alínea b), 38.º, 40.º, nº. 2, 67.º, nº. 1 e 130.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 64.º, nº. 1, alínea q), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar;
- b) Escolher o procedimento de concurso público;
- c) Aprovar as peças do procedimento (programa de procedimento e caderno de encargos), que passam a integrar o processo administrativo;
- d) Publicitar o procedimento no Diário da República;
- e) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Sandra Paiva, Miguel Crespo e Pedro Jerónimo (efetivos) Inês Marrazes e Miguel Figueiredo (suplentes).

A Câmara Municipal delibera, ainda, revogar a sua deliberação nº 183, de 7 de março de 2013, nos termos do artigo 140.º, nº. 1, do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO EM JANEIRO - REQUERENTE: MARCO PAULO LOURENÇO PIMENTA DE SOUSA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

277 - Presente requerimento apresentado em 25-01-2013 e reiterado em 13-02-2013, por Marco Paulo Lourenço Pimenta de Sousa (registos de entrada n.º E/671/2013 e E/1183/2013), titular do NIF 228025673, residente na Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote F2, R/Chão Frente, Marinha Grande, no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura automóvel, no dia 19 de janeiro último, por uma braça de um pinheiro existente no espaço público junto à gare de estacionamento existente na urbanização, onde o seu carro se encontrava estacionado.

Apesar de afirmar que o evento se deveu «aos ventos fortes que se fizeram sentir no passado sábado dia 19-01-2013», o requerente imputa a responsabilidade pelos danos ao município uma vez que a árvore é propriedade deste.

Presente Informação jurídica n.º I/1033/2013-FO, de 14-03-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e manutenção da árvore em causa que era saudável e apenas quebrou pela ação das fortíssimas rajadas de vento que assolaram o concelho no dia em causa.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1033/2013 - FO, que fica anexa (Anexo 2) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Marco Paulo Lourenço Pimenta de Sousa do presente projecto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MARIA ISABEL DA SILVA FERREIRA - DEFERIMENTO.**

278 - Presente Informação Jurídica n.º 1067/2013, de 18.03.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo III);

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, em 22.02. 2013 à DJC (anexo II);



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente requerimento n.º E/927/2013, de 01.02.2013, apresentado pela lesada Maria Isabel da Silva Ferreira, na qual junta orçamento de reparação do veículo Renault, com a matrícula 21-CS-26 e requer indemnização no valor de 343,41 € (com IVA incluído) correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 24 de janeiro de 2013, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua das Cavadas - e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo I);

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1067/2013, de 18/03/2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Maria Isabel da Silva Ferreira, contribuinte n.º 111 607 086, no montante de trezentos e quarenta e três euros e quarenta e um cêntimos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.**

**O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura e recibo emitidos pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: NUNO FILIPE SOUSA CASTANHEIRA - DEFERIMENTO.**

279 - Presente Informação Jurídica n.º 1066/2013, de 15.02.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, em 06.02.2013 (anexo III);

Presente requerimento n.º E/725/2013, de 28.01.2013, apresentado pelo lesado Nuno Filipe Sousa Castanheira, na qual junta factura de reparação do veículo Ford, com a matrícula 64-GJ-16 e requer indemnização no valor de 178,50 €, com IVA incluído, correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo em 23.01.2013, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua das Fontaínhas - e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo II);

Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 822/2013, respeitante ao sinistro ocorrido em 23.01.2013 na Rua das Fontaínhas, com a viatura Ford Focus, propriedade de Nuno Filipe Sousa Castanheira (anexo I).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1066/2013, de 15.03.2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado Nuno Filipe Sousa Castanheira, contribuinte n.º 211 231 398, no montante de cento e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos, com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do recibo emitido pela Sociedade Seíça Tavares, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA DA GUINÉ, N.º 25, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA JÚLIA DE JESUS FERREIRA DE ALMEIDA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA - AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE CORRECÇÃO DE PERIGOSIDADES E DEMOLIÇÃO INTEGRAL.**

280 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 20-12-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade da edificação existente na Rua da Guiné, n.º 25, Ordem, Marinha Grande, propriedade de Maria Julia de Jesus Ferreira de Almeida, tendo em vista determinar os riscos e perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 19-02-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 12-03-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 3**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Verifica-se assim, que o edifício vistoriado se encontra em ruínas e em más condições de segurança e insalubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens...”.

“Perante tais constatações, considera a comissão de vistorias ser urgente e inadiável, a tomada das seguintes medidas:

De imediato:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

1. Vedação da frente do prédio ao longo do seu limite confinante com a Rua da Guiné, sendo a altura da vedação estabelecida pela altura da cêrcea da edificação existente, por forma a evitar que o mesmo seja devassado, salvaguardando ainda a eventual queda de elementos das fachadas e cobertura para a via pública.
2. Limpeza de lixos e remoção de materiais, entulhos e combustível florestal acumulado no interior e exterior do edifício, criadores de insalubridade e potenciadores de incêndios, para local devidamente adequado.

No prazo de 15 dias:

Apresentação de pedido de licenciamento tendo em vista a demolição integral do edifício que se encontra em risco de ruir, nos termos do previsto na alínea g) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 (...) devidamente instruído com os elementos previstos no ponto 13.º da Portaria n.º 232/2008, de 11/3, por forma a ser emitido o respectivo alvará de obras de demolição, prevendo a carga, transporte e descarga de produtos sobrantes a vazadouro certificado para tratamento destes resíduos e limpeza do referido prédio.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros)."

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para saúde pública e segurança de pessoas e bens, decorrentes das patologias detectadas e do seu agravamento delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização dos trabalhos abaixo indicados e nos seguintes prazos, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RMEU-Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e demais legislação aplicável, notificando para o efeito a proprietária, Maria Julia de Jesus Ferreira de Almeida, residente na Rua João Frederico Ludovice, n.º 14 – 5.º Esqº, 1500-356 Lisboa:**

**De imediato:**

1. Vedação da frente do prédio ao longo do seu limite confinante com a Rua da Guiné, sendo a altura da vedação estabelecida pela altura da cêrcea da edificação existente, por forma a evitar que o mesmo seja devassado, salvaguardando ainda a eventual queda de elementos das fachadas e cobertura para a via pública.
2. Limpeza de lixos e remoção de materiais, entulhos e combustível florestal acumulado no interior e exterior do edifício, criadores de insalubridade e potenciadores de incêndios, para local devidamente adequado.

**No prazo de 15 dias úteis a contar da notificação desta deliberação:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

**Apresentação de pedido de licenciamento tendo em vista a demolição integral do edifício que se encontra em risco de ruir, nos termos do previsto na alínea g) do n.º 2 do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, devidamente instruído com os elementos previstos no ponto 13.º da Portaria n.º 232/2008, de 11/3, por forma a ser emitido o respectivo alvará de obras de demolição, prevendo a carga, transporte e descarga de produtos sobrantes a vazadouro certificado para tratamento destes resíduos e a limpeza do referido prédio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14, MARINHA - RISCO DE DERROCA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

281 - Considerando o teor da participação da Polícia de Segurança Pública n.º 1491/2012, recebida nesta Câmara Municipal em 20-12-2013, na qual se relata o elevado estado de abandono e degradação dos edifícios sitos na Rua de Leiria, n.ºs. 2 a 14, Marinha Grande, propriedade da sociedade Vertipilar-Imobiliária e Construção, SA, titular do NIPC 507380533, com sede na Rua dos Operários, n.º 3, Marinheiros, Leiria e Maria Fernanda de Jesus Ferreira Rodrigues, titular do NIF 132623137, residente na Rua Anzebino Cruz Saraiva, Lote 4, n.º 236 – 6.º Esqº, Marrazes, Leiria;

Considerando que a mesma participação deu origem à instauração do processo de contraordenação n.º 13/CO/2013, em que são co-arquidos os supra identificados proprietários dos prédios, no âmbito do qual apresentaram em 22-03-2013 a sua defesa e manifestaram o seu interesse na obtenção das informações técnicas necessárias à identificação dos trabalhos de beneficiação e conservação a realizar nas edificações em causa;

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

**A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria aos edifícios sitos na Rua de**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Leiria, n.ºs. 2 a 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a saúde pública, para a segurança de pessoas e bens, para a via pública e para outras edificações envolventes, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª Cristina Silva, Arqt.º Alexandre Fava e Dr.ª Eunice Marques, da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação aos proprietários dos prédios objeto da vistoria, sociedade Vertipilar-Imobiliária e Construção, SA, titular do NIPC 507380533, com sede na Rua dos Operários, n.º 3, Marinheiros, Leiria e Maria Fernanda de Jesus Ferreira Rodrigues, titular do NIF 132623137, residente na Rua Anzebino Cruz Saraiva, Lote 4, n.º 236 – 6.º Esq.º, Marrazes, Leiria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**31 - EDIFÍCIOS DEGRADADOS - RUA DOS NATURAIS, N.ºS. 24 A 28 – S. PEDRO DE MOEL - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA OUTRAS PROPRIEDADES E PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: ORLANDA MARLENE DE JESUS BRÁS (N.º 28) E SILVÉRIO & BRÁS, LD.ª. (N.ºS. 24 E 26) - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE CORRECÇÃO DE PATOLOGIAS E PERIGOSIDADES.**

282 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 21-02-2013, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade das edificações sitas na Rua dos Naturais, n.ºs. 24, 26 e 28, S. Pedro de Moel, Marinha Grande, propriedade, as duas primeiras, da sociedade Silvério & Brás, Ld.ª., com sede na Rua do Cerro, n.º 94, Serra do Porto D'Urso, 2425-074, Monte Real e o terceiro, de Edmundo Augusto Sousa Carolino, de cuja herança é cabeça de casal Orlanda Marlene de Jesus Brás, residente na Av.ª. Dr. José Henriques Vareda, n.º 60, Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 21-03-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 22-03-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como

integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 4**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“O prédio urbano referenciado com o n.º 28, propriedade da Sr.ª Orlanda Marlene de Jesus Brás, encontra-se identificado no local, com o n.º 32.”

“O prédio urbano referenciado com os n.ºs. 24 e 26, propriedade da sociedade Silvério & Brás, Lda., encontra-se identificado no local, com o n.º 24.”

“Verifica-se assim, que os edifícios vistoriados se encontram em más condições de segurança e insalubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens...”.

Perante tais constatações, considera a comissão de vistorias que deverão ser tomadas as medidas adequadas, visando a correcção de aspectos estruturais, protecção de vãos e limpeza das edificações, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para correcção dos seguintes aspectos:

No que respeita ao prédio identificado no local com o n.º 32:

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas.
2. Remoção de telhas e outros materiais que se encontram soltos na cobertura do edifício.
3. Limpeza da vegetação que prolifera no logradouro frontal do edifício, incluindo a parte que se encontra a devassar espaço público, ao nível do passeio da Rua dos Naturais.

Relativamente ao prédio identificado no local com o n.º 24:

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas.
2. Reparação da estrutura de suporte das coberturas, com substituição/remoção das telhas partidas e outros materiais, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e edificações contíguas.
3. Remoção de entulho das partes das edificações que se encontram em ruínas, para local devidamente adequado.
4. Limpeza das áreas interiores e exteriores do edifício, incluindo os respectivos logradouros, retirando materiais, lixos, entulhos e escombros.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros).”.

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para saúde pública, para a segurança de pessoas e bens e para a via pública e edificações confinantes, decorrentes das patologias detectadas e do seu agravamento**

delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar

- a) À sociedade proprietária do prédio identificado no local com o n.º 24, Silvério & Brás, Lda., com sede na Rua do Cerro, n.º 94, Serra do Porto D'Urso, 2425-074, Monte Real, a realização dos seguintes trabalhos no prazo máximo de 30 dias a contar da notificação desta deliberação:
1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas.
  2. Reparação da estrutura de suporte das coberturas, com substituição/remoção das telhas partidas e outros materiais, de modo a evitar a eventual queda para a via pública e edificações contíguas.
  3. Remoção de entulho das partes das edificações que se encontram em ruínas, para local devidamente adequado.
  4. Limpeza das áreas interiores e exteriores do edifício, incluindo os respectivos logradouros, retirando materiais, lixos, entulhos e escombros.
- b) À cabeça de casal da herança de Edmundo Augusto Sousa Carolino, proprietário do prédio identificado no local com o n.º 32, Orlanda Marlene de Jesus Brás, residente na Av.ª Dr. José Henriques Vareda, n.º 60, 2430-062 Marinha Grande, a realização dos seguintes trabalhos, no prazo máximo de 30 dias a contar da notificação desta deliberação:
1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas.
  2. Remoção de telhas e outros materiais que se encontram soltos na cobertura do edifício.
  3. Limpeza da vegetação que prolifera no logradouro frontal do edifício, incluindo a parte que se encontra a devassar espaço público, ao nível do passeio da Rua dos Naturais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.**

283 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.19.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de **31.268,74 € (trinta e um mil duzentos e sessenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 1,74 % e que, somados os anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e anteriores trabalhos a mais, corresponde a 9,15 % do novo preço contratual.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.19.2013, que fica anexa (Anexo 5) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:**

- a) alterações introduzidas ao projeto de arquitetura inicial;
- b) trabalhos de suprimento dos erros e omissões no valor de 31.268.74 € (trinta e um mil duzentos e sessenta e oito euros e setenta e quatro centímetros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas;
- c) o prazo de 10 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões agora aprovados, que não determina a prorrogação do prazo da execução da obra;

da empreitada designada por *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, adjudicada à firma *Habitâmega - Construções, SA*.

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho, Dr. Vítor Pereira e Dr. António Santos.

**33 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA" – CP N.º 06/2010 – APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS**

284 - Presente pedido apresentado pela firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, participando a suspensão parcial dos trabalhos referentes às Instalações Elétricas e AVAC, devido à demora verificada na aprovação de alterações necessárias às respectivas especialidades.



Presente informação da DISU, com a ref.ª AR-05.2013, propondo a aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada em epígrafe por um período de 29 dias, com início em 26 de março de 2013, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício de execução dos trabalhos, nos termos do disposto na alínea a) do Artigo 297.º, e, no n.º4 do Artigo 366.º, do CCP, por impossibilidade temporária do co-contratante cumprir o contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na disponibilização de meios necessários à respectiva execução.

A Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que fica anexa (**Anexo 6**) e aqui se dá por reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada de “**REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA**”, adjudicada à firma **HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA**, aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada em epígrafe por um período de 29 dias, com início em 26 de março de 2013, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício de execução dos trabalhos, nos termos do disposto na alínea a) do Artigo 297.º, e, no n.º4 do Artigo 366.º, do CCP, por impossibilidade temporária do co-contratante cumprir o contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na disponibilização de meios necessários à respectiva execução.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira, e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ATENDIMENTO PÚBLICO

Sendo a presente reunião, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pública, foi a mesma interrompida nesta altura para que, a partir das 12,30 horas, fosse concedido um período de intervenção aberto ao público (art.º 84º, n.º 5 dos diplomas citados).

**Encontravam-se inscritos para serem atendidos os seguintes munícipes:**

**1 – Sr. Arqt.º Vítor Grenha e Sr. Joaquim Manuel Fernandes**, que pretendem saber os motivos de não haver decisão sobre os proc.ºs 179/09, 429/11, 443/11 e 123/12.

O **Sr. Arqt.º Vítor Grenha** referiu que entre a data de inscrição para o atendimento e o dia de hoje foi resolvida a situação de três dos mencionados processos, encontrando-se apenas por resolver o proc.º 179/09, para o qual pediu celeridade, pedido este também reforçado pelo titular do processo, uma vez que se trata de uma empresa que não está legalizada.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

O **Sr. Presidente** informou que pediu um parecer ao Gabinete Jurídico, que recebeu ontem, pelo que ainda o vai ler e despachar, e só depois será comunicado o seu conteúdo ao requerente e ao seu técnico. Para esse efeito ficou marcada reunião para amanhã, às 15:00 horas.

**2 – Sr. Luís Filipe Carvalhal Ramos**, residente na Travessa da Paz, n.º 5 F, Garcia, Marinha Grande, que pretende abordar o assunto relativo ao embargo da obra sita na Av.ª da Liberdade, n.º 14, em S. Pedro de Moel.

O município não compareceu ao atendimento.

**Terminado o período de atendimento ao público, a reunião foi retomada, com a continuação da respetiva ordem do dia.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **34 - EXECUÇÃO DA RUA DR. MANUEL ANTÓNIO DA COSTA – CEDÊNCIA 296,40M2 DE TERRENO DE BELMIRO PARREIRA DE ABREU**

285 - Foram realizados os contactos necessários, ao tempo da execução da obra, à efetivação de acordo de cedência de uma parcela de terreno para a execução da rua Dr. Manuel António da Costa, no entanto, não foi assegurada a tramitação formal da cedência, nesta sequência foi elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de uma parcela de terreno a desanexar do prédio rústico propriedade de Belmiro Parreira de Abreu, com NIF 183232275, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 5393, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com Joaquim Francisco Falta, a Nascente com Joaquim Inácio Alves e a Poente com Caminho Limite florestal. O proprietário do imóvel concordou com a cedência do terreno (296,40m2) sem contrapartidas.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 296,40m2, do prédio de que é proprietário Belmiro Parreira de Abreu, com NIF 183232275, a desanexar do prédio inscrito na respetiva matriz sob artigo nº. 5393, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com Belmiro Parreira de Abreu, a Nascente com Joaquim Inácio Alves e a Poente com Caminho Limite florestal, para execução da rua Dr. Manuel António da Costa, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa (Anexo 7) elaborada pelos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a actualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

O proprietário deve apresentar documentos comprovativos da actualização da área nos serviços públicos competentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **35 - EXECUÇÃO DA RUA DR. MANUEL ANTÓNIO DA COSTA – CEDÊNCIA 916M2 DE TERRENO DE BELMIRO PARREIRA DE ABREU**

286 - Foram realizados os contactos necessários, ao tempo da execução da obra, à efetivação de acordo de cedência de uma parcela de terreno para a execução da rua Dr. Manuel António da Costa, no entanto, não foi assegurada a tramitação formal da cedência, nesta sequência foi elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de uma parcela de terreno, que corresponde à totalidade do prédio rústico, de que é comproprietário Belmiro Parreira de Abreu, com NIF 183232275, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 5183, que confronta a Norte com Estrada Nacional, a Sul em bico, a Nascente com Caminho e a Poente com limite florestal e Ribeiro da Tábua. O comproprietário do imóvel concordou com a cedência do terreno (916m2) sem contrapartidas.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 916m2, de que é comproprietário Belmiro Parreira de Abreu, com NIF 183232275, que corresponde à totalidade do prédio inscrito na respetiva matriz sob artigo nº. 5183, que confronta a Norte com Estrada Nacional, a Sul em bico, a Nascente com Caminho e a Poente com limite florestal e Ribeiro da Tábua, para execução da rua Dr. Manuel António da Costa, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa (Anexo 8) elaborada pelos Serviços Técnicos, assinada pelo comproprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o comproprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da situação do prédio junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

O comproprietário deve apresentar documentos comprovativos da atualização da situação do prédio nos serviços públicos competentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**36 - LOTE 14, DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA.**

287 - Presente pedido de autorização, apresentado pela empresa Outeirobra, Construções Civis, Lda., para a transmissão do lote 14, sito na Área Industrial de Vieira de Leiria, a favor da empresa Sacofilme – Sacos e Filmes Plast., Lda.

Tendo em conta que, nos termos do artigo 8.º, do Regulamento do Plano de Pormenor da Área Industrial de Vieira de Leiria, só serão permitidos negócios de transmissão de propriedades de lotes e benfeitorias neles existentes, desde que previamente autorizados, caso a caso, pela Câmara Municipal.

Tendo em conta que foram observadas as condições constantes da escritura pública, celebrada em 22 de abril de 1997, possuindo alvará de utilização n.º 38/2004, de 23 de fevereiro.

Tendo em conta que se mantém a afetação do edifício à atividade industrial, em observância do mencionado Regulamento.

Tendo em conta que não se detetam obstáculos impeditivos da autorização da transmissão requerida.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 8.º, do Regulamento do Plano de Pormenor da Área Industrial de Vieira de Leiria, delibera autorizar a transmissão da propriedade do lote 14 e benfeitorias nele existentes, sito na Área Industrial de Vieira de Leiria, devendo manter-se a sua afetação à atividade industrial.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**37 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A INQUILINA CAMARÁRIA - CARLA SOFIA PAULO DE JESUS - RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA BLOCO 44 1.º DIREITO, MOITA**

288 - Presente requerimento de Carla Sofia Paulo de Jesus, inquilina na Rua da Charnequinha Bloco 44 1.º Direito, Moita, com o registo de entrada n.º 2038/2013, a solicitar a celebração de um acordo de regularização de dívida, com vista ao pagamento do montante global que se encontra por liquidar em 36 prestações mensais, com início a partir do mês de maio.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente informação n.º 1186 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 22 de março de 2013, referente a pedido de acordo de regularização de dívida solicitado por parte de Carla Sofia Paulo de Jesus.

Considerando a intenção da arrendatária em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de **661,46€** (seiscentos e sessenta e um euros e quarenta e seis cêntimos), referente ao período de fevereiro de 2012 a março de 2013.

Considerando que a mesma não dispõe atualmente de condições económicas para liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 36 prestações mensais, no valor mensal de 18,37€ mês (dezoito euros e trinta sete cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “ *em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro concordar com o pagamento do valor total da dívida em 36 prestações, no valor unitário de 18,37€ (dezoito euros e trinta sete cêntimos), acrescido do pagamento de uma renda mensal, a partir do próximo mês de maio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA POR PARTE DA INQUILINA, MARIA DE FÁTIMA FERNANDES OLIVEIRA - RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 5, 2.º ESQ.º**

289 - Presente requerimento de Maria de Fátima Fernandes Oliveira, residente da Praceta da Liberdade, Bloco 5, 2.º Esquerdo, Casal de Malta, com o registo de entrada n.º 2051/2013 a solicitar acordo de regularização de dívida.

Presente informação n.º 1177 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 22 de março de 2013, referente ao pedido de acordo de regularização de dívida por parte da inquilina supra citada.

Considerando que é intenção da inquilina Maria de Fátima Fernandes Oliveira liquidar o pagamento da dívida em atraso no valor de **1.438,74€** (mil quatrocentos e trinta e oito euros e setenta e quatro centimos), correspondente ao período de março de 2011 a agosto de 2012;

Considerando que existe ainda uma dívida de 33,95€ (trinta e três euros e noventa e cinco centimos), correspondente a setembro de 2012 a março de 2013, tendo ficado acordado pela inquilina o pagamento integral desse montante.

Considerando que não tem capacidade económica para liquidar a dívida de **1.438,74€** (mil quatrocentos e trinta e oito euros e setenta e quatro centimos) no imediato, propõe o pagamento da mesma em 36 prestações, cujo valor será de 39,97€ mês, ao qual acresce o pagamento da renda atual.

Considerando por último que a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, no qual se refere que: *“em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida”*.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro concordar com o pagamento do valor total da dívida em 36 prestações, no valor unitário de 39,97€, acrescido do pagamento de uma renda mensal, a partir do próximo mês de maio.**

**Mais delibera que o acordo de regularização de dívida ficará condicionado ao pagamento integral das rendas de setembro de 2012 a março de 2013, no valor total de 33,95€, até ao dia 30 de abril de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**39 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE A INQUILINA CAMARÁRIA – NATACHA RAQUEL DIAS DO CARMO - RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA BLOCO 44 RÉS DO CHÃO DIREITO, MOITA**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

290 - Presente requerimento de Natacha Raquel Dias do Carmo, inquilina na Rua da Charnequinha Bloco 44 R/c Direito, Moita, com o registo de entrada n.º 2205/2013, a solicitar a celebração de um acordo de regularização de dívida, com vista ao pagamento do montante global que se encontra por liquidar em 36 prestações mensais, com início a partir do mês de maio.

Presente informação n.º 1187 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 22 de março de 2013, referente a pedido de acordo de regularização de dívida solicitado por parte de Natacha Raquel Dias do Carmo.

Considerando a intenção da arrendatária em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de **548,68€** (quinhentos e quarenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos), referente ao período de março de 2009 a março de 2013;

Considerando que a mesma não dispõe atualmente de condições económicas para liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 36 prestações mensais, no valor mensal de 15,24€ mês (quinze euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “ *em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro concordar com o pagamento do valor total da dívida em 36 prestações, no valor unitário de 15,24€ (quinze euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido do pagamento de uma renda mensal, a partir do próximo mês de maio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**40 - ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO**

291 - Presente a informação n.º 1126, de 19 de março de 2013, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias e restituição de valores cobrados indevidamente, referentes ao pagamento das participações familiares dos alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família, e ao pagamento das mensalidades da Alimentação Escolar, conforme respetivos regulamentos de funcionamento, aprovados em reunião de câmara a 14 de julho de 2011.

Assim, considerando que:

Com o decorrer do ano letivo, verifica-se a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias, nomeadamente, na sequência de algumas comunicações feitas pelos próprios encarregados de educação, dando conta do lapso, ou porque foram detetadas pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DCD e GAM).

A Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, ou pelos próprios serviços emissores da autarquia (processos em anexo);

Trata-se de valores emitidos erradamente e/ou cobrados em duplicado, pelos serviços da Câmara Municipal;

**A Câmara apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder-se à anulação das guias de receita n.º 9093/2, 16502/2, 18405/2 de 2012, e 5579/2, 5485/2, 456/2, e 3607/2 de 2013, pelos motivos constantes na informação anexa.**

#### GUIAS A ANULAR

Nº GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA			
9093/2 - 2012	Fabício Miguel Vitorino Cardoso	260803162	Anexo I
16502/2 - 2012	Tomás Alexandre Cardoso Mendes	264131789	Anexo II
18405/2 - 2012	Micael Ângelo da Silva	266101844	Anexo III
5579/2 - 2013	Rafael Sousa Brazão	266059899	Anexo IV
5485/2 - 2013	Beatriz Gomes Marques	268581274	Anexo V
456/2 - 2013	Afonso Liu	273576470	Anexo VI
3607/2 - 2013	Joana Cristina F. de Jesus	265426804	Anexo VII

**Mais delibera, proceder-se à restituição dos valores cobrados indevidamente aos respetivos encarregados de educação, nas guias n.º 11103/2, 11104/2, 11822/2, 11825/2, 14508/2, 14509/2, 15392/2, 15393/2 de 2011 e 11260/2, 7579/2, 17558/2, 18370/2, 14227/2, 14334/2, 12288/2, 12290/2, 14676/2, 16775/2, 18631/2 de 2012, e 1771/2, 2609/2, 877/2, 4070/2, 5507/2 e 5543/2 de 2013, pelos motivos constantes na informação anexa.**



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

#### GUIAS A RESTITUIR

N.º	Nº GUIA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>				
1	*	João Pedro Silva Santos	253416680	Anexo VIII
* n.º guias (tipo 2) – 11103, 11104, 11822,11825, 14508, 14509, 15392, 15393 de 2011 e 11260 de 2012				
2	7579/2 - 2012	Sérgio Eduardo Silva Pinheiro	275834557	Anexo IX
3	17558/2 - 2012	Artur Mlechko	265561868	Anexo X
4	1771/2 - 2013	Marta Catarina Neves Vinagre	269240160	Anexo XI
5	2609/2 - 2013	Rafael Patrício Pontes	264742958	Anexo XII
N.º	Nº GUIA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
6	**	Simão Gomes Carnide	262162180	Anexo XIII
** n.º guias (tipo 2) – 12288, 12290, 14676, 16775, 18631 de 2012 e 877 e 4070 de 2013				
7	5507/2 - 2013	Martim Antunes Paulo	262957280	Anexo XIV
8	5543/2 (10 Senhas) - 2013	Afonso Liu	273576470	Anexo XV
<b>COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA</b>				
9	18370/2 - 2012	Beatriz Alexandra Sousa Almeida	258785802	Anexo XVI
10	14227/2 - 2012	Isabela Leonor António Matias	267770359	Anexo XVII
11	14334/2 - 2012	Tomás Nobre de Quintanilha V. P. Dias	274986361	Anexo XVIII

#### DADOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

##### - VALORES A RESTITUIR -

N.º	NOME ALUNO	NOME ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO E CONTRIBUINTE	VALOR A RESTITUIR
1	João Pedro Silva Santos	Susana Cristina da Silva Carlos	220250758
2	Sérgio Eduardo Silva Pinheiro	Sandra Marina Fróis Silva	222271558
3	Artur Mlechko	Nataliya Mlechko	240610393
4	Marta Catarina Neves Vinagre	Carlos Manuel Delgado Vinagre	192245830
5	Rafael Patrício Pontes	Carlos Bruno Pereira Pontes	215466853
6	Simão Gomes Carnide	Estefânia Gomes Dinis	209487712
7	Martim Antunes Paulo	Fabiana Alexandra Dorez R. Antunes	220080674
8	Afonso Liu	Liu Wei	237535475
9	Beatriz Alexandra Sousa Almeida	Natacha Alexandra P. de Sousa	220962464
10	Isabela Leonor António Matias	Claudia Neide M. A. Soares	231623380
11	Tomás Nobre de Q. V. P. Dias	Ana Patrícia Quintanilha Nobre	200950940
TOTAL			367,05€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

**41 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A 1 DE MAIO DE 2013**

292 - Presente informação n.º 1236/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 26 de março do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social do Bairro do Camarnal (velho).

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado em causa;

Considerando, por último, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, “a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.”

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**2 – Bairro Camarnal (velho)**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
José Manuel Marques dos Santos	Casa 26	06-12-2006	20,40 €	20,85 €

**Mais delibera que o valor da renda acima descrito entra em vigor, a partir do dia 1 de maio de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**42 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3, R/C DRT.º, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

293 - Presente informação n.º 1178 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 22 de março de 2013, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal do agregado familiar.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.”

**A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a reavaliação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:**

**Praceta da Liberdade, bloco 3**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (JANEIRO)	RENTA/13 (ABRIL)
Catarina Solange Soares	R/ch Dto.º	dezembro 2009	48,03€	4,85€

**Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de maio de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**43 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DO INQUILINO VIRGÍLIO JESUS SEQUEIRA GIL JOÃO DO RÉS-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 DA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º DIREITO DO BLOCO 1 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVOS DE SAÚDE.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

294 - Presente informação n.º 1224/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 25 de março de 2013, a dar conta da necessidade de transferência habitacional do arrendatário Virgílio Jesus Sequeira Gil João, do rés-do-chão esquerdo do bloco 5 da Rua Professor Melo Vieira para a fração correspondente ao 2.º direito do Bloco 1 da referida rua, por motivos de saúde.

Considerando os motivos apontados pelo arrendatário, através de ofício, com o registo de entrada 297/2013, datado de 9 de janeiro;

Considerando o agravamento do estado de saúde, sob o ponto de vista psicológico, quer do titular do contrato de arrendamento, quer da sua esposa;

Considerando que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ a transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivos de idade, doença, aumento e/ ou redução do agregado familiar”;

Considerando que existe uma habitação disponível, cuja entrega foi posterior à abertura do concurso público para atribuição de habitação social;

Considerando, por último, que o inquilino em causa, tem primado desde sempre pelo pagamento atempado das rendas, não existindo qualquer valor em dívida.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a transferência do inquilino Virgílio Jesus Sequeira Gil João para a fração correspondente ao 2.º esquerdo do Bloco 1 da Rua Professor Melo Vieira, Casal de Malta.**

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 107,20€ e calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de maio do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**44 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA LUÍSA TORRES BAIÃO, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO L 1.º DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

295 - Presente requerimento de Maria Luísa Torres Baião com o registo de entrada n.º 2136/2013, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento, por morte da primitiva arrendatária do fogo;

Presente informação n.º 1218 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 25 de março do corrente ano, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado pela requerente mencionada em epígrafe.

Considerando que Alice da Conceição, não obstante a sua ausência do território nacional, por motivos de saúde, era arrendatária do Município da Marinha Grande;

Considerando que a requerente desde sempre residiu com a falecida arrendatária em comunhão de mesa e habitação;

Considerando que a mesma faleceu a 28 de setembro de 2011, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: *“ A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano.”*

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Maria Luísa Torres Baião, contribuinte fiscal número 175 251649.**

**Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Maria Luísa Baião, a partir do próximo mês de maio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **45 - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE GRATUITO – ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE**

296 - Presente o pedido do Atlético Clube Marinhense, com registo de entrada n.º 1112 de 2013, solicitando à Autarquia, a título excecional, a cedência gratuita de transporte para

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

deslocação a Setúbal, no próximo dia 21 de abril de 2013, no âmbito da participação da equipa de juvenis na fase final do Campeonato Nacional de Juvenis.

O Atlético Clube Marinhense considera a sua participação nesta fase final, uma honra não só para o clube, como também para o desporto do Concelho, e tendo em conta que se trata de um acontecimento excecional, solicitam, desta forma, a cedência do transporte em questão.

Considerando que o Regulamento Municipal de Transportes não contempla cedências gratuitas;

Considerando que o Regulamento refere no artigo 12.º que “ *As dúvidas e omissões resultantes da aplicação deste Regulamento são resolvidas por deliberação dos órgãos competentes, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5/A-2002, de 11 de janeiro*”;

Considerando por último que o valor do transporte em autocarro da equipa de juvenis do Atlético Clube Marinhense é de aproximadamente 500,00€ (quinhentos euros).

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera ceder gratuitamente, e a título excecional, o transporte em autocarro, à equipa de juvenis do Atlético Clube Marinhense, no dia 21 de abril de 2013, à cidade de Setúbal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**46 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 839, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012, COM O TÍTULO “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL”.**

297 - Em reunião de 13 de dezembro de 2012, no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou atribuir um subsídio, no valor de 16.500,00€ (dezassex mil e quinhentos euros) à Casa de Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 504 190 466 e com sede na Rua do Matadouro S/N 2430-257 Marinha Grande, para suporte das despesas com a realização da Tradicional Festa e Jantar de Natal.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Considerando que o artigo 5.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, dispõe que as transferências a efetuar pelas autarquias às instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3,5% do somatório das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária;

Considerando que o valor do subsídio atribuído cumpre com os limites legais estabelecidos, dado que o limite apurado, ainda que não considere a totalidade dos associados inscritos, representa 94.461,84€.

Considerando que a deliberação de câmara de 13 de dezembro de 2012 sofria de erro de enquadramento legal ao sustentar aquele apoio financeiro na competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual;

**A Câmara Municipal ao detetar esses erros materiais e porque os mesmos são manifestos, delibera ao abrigo do artigo 148.º do CPA retificar os elementos incorretos da deliberação n.º 839, tomada em reunião de 13 de dezembro de 2012, com efeitos retroativos àquela data.**

**Assim,**

*onde se lê* “A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 16.500,00€ (dezasseis mil e quinhentos euros) à Casa de Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande (...).” *deve ler-se* “A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e no regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 23/2011, de 25 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 16.500,00€ (dezasseis mil e quinhentos euros) à Casa de Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande (...).”.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**47 - PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE 37 HABITAÇÕES SOCIAIS:  
LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS.**

298 - Considerando que a Câmara Municipal da Marinha Grande, aprovou a lista provisória de candidatos admitidos e excluídos do concurso para atribuição de 37 fogos de habitação social, na sua reunião de 21 de fevereiro do corrente ano;

Considerando que a listagem provisória, datada de 26 de fevereiro, esteve afixada durante 15 dias úteis, ou seja, desde 27 de fevereiro a 19 de março;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande, findo o prazo de afixação da listagem provisória, os candidatos, na sua qualidade de interessados, podem apresentar por escrito a sua reclamação;

Considerando as reclamações apresentadas pelos candidatos, Maria Fernanda Rodrigues Teixeira e José de Sousa Santos, posicionados respetivamente em 57.º com 49,48 valores e em 39.º lugar, com 70,84 valores, durante o referido período;

Considerando que ao abrigo do n.º 4 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ *a deliberação da Câmara Municipal é proferida no prazo de 5 dias úteis, findo o prazo dado para período de reclamações*”;

Considerando que comparando os dados preenchidos pelos candidatos em apreço, nos inquéritos por questionário, com os que foram transpostos para a ficha individual de cálculo de cada um deles (e a qual deu origem à classificação final) todas as questões foram devidamente pontuadas;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 50/77, de 11 de agosto: “ *a classificação dos concorrentes resulta da aplicação da pontuação e coeficientes, constantes do mapa de classificação em anexo*”.

Considerando ainda que nos termos do n.º 2 do mesmo artigo: “ *Dentro de cada situação, o número de pontos é multiplicado pelo respectivo coeficiente, sendo a classificação do concorrente obtida através da soma total de pontos obtidos*”.

Considerando que da visita domiciliária efetuada ao candidato José de Sousa Santos, resultou uma alteração da pontuação anteriormente obtida (por falha de preenchimento, imputável ao próprio candidato, quando no preenchimento do inquérito indicou possuir banheira ou chuveiro, no item “condições higiénicas da habitação”, quando na realidade tal não acontece, não dispondo efetivamente de condições para a realização da higiene pessoal do agregado familiar).

Considerando que a comissão de apreciação das candidaturas apresentadas no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais entende que a reclamação do candidato José de Sousa Santos merece provimento e a de Maria Fernanda Rodrigues



Teixeira, não sofre qualquer alteração na medida em que não é apresentada fundamentação para o efeito.

Considerando, por fim, que após análise das questões levantadas em sede de audiência dos interessados, a proposta da lista definitiva é homologada e publicitada pelo Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, nos lugares de estilo e através da página da Câmara, na internet em [www.cm-mgrande.pt](http://www.cm-mgrande.pt);

**A Câmara delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 5 do artigo 16.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, aprovar a listagem definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do concurso de atribuição de habitação social, que se anexa (Anexo 9).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**48 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMEDIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.**

299 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º SS.02.2013 e requisição interna n.º 11567 do serviço da DOT - Divisão de Ordenamento do Território na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de assistência técnica ao software geomedia, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de assistência técnica ao software geomedia, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito nos documentos previsionais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 com a contratação da *“Prestação de serviços de assistência técnica ao software Geomedia”*, na classificação orgânica/económica 05/02019, ação do PAM 2013/A/9.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.375,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 e 3.º do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de assistência técnica do software Geomedia”*, por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de assistência técnica ao software Geomedia”*, pelo período de 12 meses.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**49 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE (P.A. N.º 06/2013-AP/DISU) – ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.**

300 - Considerando que em reunião camarária de 07-03-2013 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Considerando que o procedimento adoptado foi o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o preço base foi estabelecido em 29.200,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%, respeitante a 927 horas de serviços a prestar no âmbito da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

*no concelho de Marinha Grande*“, o que corresponde ao preço hora de 31,50€, acrescido de IVA à taxa de 6%.

Considerando que o preço base do procedimento respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 19-03-2013, foi aberto o procedimento de contratação pública n.º 06/2013-AP/DISU, com convite às seguintes entidades:

- ECO COLLIPPO – LDA;
- ECOFORTUNATO, LDA;
- LIMPA CANAL - LIMPEZAS ECOLÓGICAS, LDA;
- OCTALIMPA, LIMPEZAS UNIPessoal, LDA;
- OLIVEIRA & PIRES - SANEAMENTO E LIMPEZAS, LDA;
- SILIMPA - LIMPEZAS INDUSTRIAIS, S.A;
- SUMA-SERVICOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

Considerando que das entidades convidadas foram apresentadas duas propostas uma no valor de 46.350,00€ e outra no valor de 38.238,75 €, ambas acrescidas de IVA à taxa de 6%.

Considerando que, face ao exposto, ambas as propostas apresentadas ultrapassam o preço base pelo que foi proposta a sua exclusão pelo júri em relatório preliminar, emitido a 26-03-2013, encontrando-se o procedimento em audiência prévia até ao dia 05-04-2013.

Considerando que atentos os motivos de exclusão das propostas é espectável a não adjudicação do P.A. n.º 06/2013-AP/DISU.

Considerando que se mantém a necessidade imprescindível e inadiável de contratar a *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Considerando que é propósito manter o preço base do P.A. n.º 06/2013-AP/DISU em 29.200,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%, em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera manter o parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* e determina que seja adotado o procedimento por concurso público previsto nos artigos 16º n.º 1, alínea b), 20º n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, de modo a alargar o leque das**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

empresas passíveis de apresentação de propostas, tendo em vista a satisfação da necessidade identificada pelos serviços da DISU.

A presente deliberação produz efeitos no dia da notificação da não adjudicação do processo de aquisição n.º 06/2013 – AP/DISU.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**50 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - REVISÃO DE PREÇOS- RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21-03-2013.**

Face às dúvidas que este processo suscitou, foi decidido retirá-lo, para emissão de parecer jurídico que esclareça se o índice de preços do consumidor a aplicar ao contrato é o registado a nível nacional ou o continental.

**51 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MARÇO DE 2013.**

301 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 24-01-2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de

serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);

- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Março de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 24-01-2013.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 24-01-2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **52 - CRIAÇÃO DE POSTOS DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

302 - A alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, atribui à Divisão de Administração e Modernização (DAM) a competência para gerir e assegurar o relacionamento administrativo com o município.

Por sua vez, estatui o artigo 17.º do Regulamento, que compete ao Gabinete de Atendimento ao Município, abreviadamente designado de GAM, subunidade orgânica integrada na DAM, promover a gestão comercial dos serviços de águas de consumo e de saneamento, assim como assegurar a gestão dos procedimentos administrativos e financeiros de fornecimento de água para consumo humano, de recolha de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Até dezembro de 2012, a gestão comercial do serviço de águas, na componente de atendimento e manuseamento de valores era assegurado por seis postos de trabalho, onde

somente dois estavam definidos como postos de cobrança, constituídos por deliberação de 11 de janeiro de 2002 (onde se inclui o posto de cobrança da Delegação de Vieira de Leiria).

Com a entrada em vigor da nova estrutura orgânica e consequente aglutinação da área de águas e saneamento no GAM, é necessário regularizar a situação vigente e criar os postos de cobrança destinados a assegurar as competências identificadas, distribuídos da seguinte forma:

- quatro postos de cobrança no front office do GAM;
- três postos de cobrança no back office do GAM (destinados a suprimir faltas ou a auxiliar a afluência anormal de público);
- um posto de cobrança na delegação de Vieira de Leiria.

Relativamente ao GAM, o mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de dezembro, sob proposta da Câmara Municipal de 20 de dezembro, contempla a descrição de oito postos de trabalho, numerados de 18 a 20, com responsabilidade inerente ao manuseamento ou guarda de valores, numerário, títulos ou documentos, conforme previsto no ponto 1 do despacho n.º 15409/2009, de 30 de junho, do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Através do despacho n.º 1/GP/AP/2013, de 2 de janeiro, o Exmo. Sr. Presidente determinou a afetação dos trabalhadores aos respetivos postos de trabalho. Assim:

Posto 18: Almerinda Ferreira;

Posto 19: Maria João Rodrigues e Sandra Neto;

Posto 20: Arminda Granja, Dulce Bonita, Elisabete Silva, Florbela Sousa e Regina Lameiras.

O n.º 6 do artigo 12.º conjugado com o n.º 1 do artigo 81.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicada no n.º 185, da II série do Diário da República, doravante designada de Norma, dispõe sobre a constituição de postos de cobrança, com a criação de 2 postos na antiga SAAS e 1 posto na delegação de Vieira de Leiria.

Tendo em conta que a Norma se encontra desadequada da realidade face às alterações legislativas introduzidas desde a data da sua publicação até à presente e ainda face às mutações na organização dos serviços, propomos, ao abrigo da faculdade prevista no artigo 119.º da Norma citada, a alteração do n.º 1 do artigo 81.º, devendo ler-se:

*1- São criados oito postos de cobrança correspondentes aos lugares de atendimento ao público, existentes no GAM.*

Não obstante entendermos premente encetar os procedimentos necessários à revisão geral da Norma, entendemos essencial alterar a terminologia da subunidade orgânica à atual vigente, devendo, por isso, no Capítulo IX – Águas e saneamento, concretamente, nos artigos 66.º a 82.º, onde se lê SAAS passar a ler-se GAM.



Deste modo, ao abrigo da faculdade estatuída no n.º 1 do artigo 119.º da Norma e da competência prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, propomos que a Câmara Municipal **aprecie e delibere**:

- a) Ao abrigo da faculdade prevista no artigo 119.º da Norma de Controlo Interno, alterar a redação do n.º 1 do artigo 81.º da Norma, devendo ler-se:

*1 - São criados oito postos de cobrança correspondentes aos lugares de atendimento ao público, existente no GAM;*

- b) No Capítulo IX, sob a epígrafe, Águas e saneamento, concretamente, nos artigos 66.º a 82.º, onde se lê SAAS passar a ler-se GAM;

- c) A revogação da deliberação de 11 de janeiro de 2002, que previa um posto de cobrança (caixa 3) na Seção de águas e saneamento à responsabilidade da trabalhadora Maria João Filipe Coelho Rodrigues e um posto de cobrança na Seção Administrativa de Vieira de Leiria (caixa 4), através da restituição do valor de 100,00€ e 50,00€, respetivamente;

- d) A criação de 8 novos postos de cobrança no GAM, no valor e sob a responsabilidade de cada um dos trabalhadores, da forma que se enumera:

Posto de Cobrança 1 - Almerinda Vidal Ferreira .....	50,00€;
Posto de Cobrança 2 - Maria João Filipe Coelho Rodrigues .....	80,00€;
Posto de Cobrança 3 - Sandra Marisa Ferreira Neto .....	80,00€;
Posto de Cobrança 4 - Dulce Manuela Paiva Bonita .....	80,00€;
Posto de Cobrança 5 - Regina Maria Joaquim Lameiras .....	80,00€;
Posto de Cobrança 6 - Florbela Gomes de Sousa .....	50,00€;
Posto de Cobrança 7 - Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja ...	50,00€;
Posto de Cobrança 8 - Elizabete Campos Silva .....	80,00€.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **53 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia três de abril de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”: 2.045.170,12 €** (dois milhões, quarenta e cinco mil cento e setenta euros e doze centimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

303 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 310/13 – PC N.º 55/13 – RTJ-PLÁSTICOS, S.A.
2. REQ. N.º 268/12 – PC N.º 434/11 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA
3. REQ. N.º 877/09 – PC N.º 376/08 – JAIME RUI GASPAR NOBRE
4. REQ. N.º 1952/11 – PC N.º 05/09 – ARLINDO ALBERTO PAIS OLIVEIRA
5. REQ. N.º 538/11 – PC N.º 20/07 – ANTÓNIO BARROS
6. REQ. N.º 1964/11 – PC N.º 155/10 – JOAQUIM SOUSA SILVA
7. REQ. N.º 556/11 – PC N.º 98/10 – ANA LUISA AGOSTINHO FERREIRA
8. REQ. N.º 1003/11 – PC N.º 361/08 – ANGELA MARISA PEREIRA LOPES
9. REQ. N.º 175/10 – PC N.º 387/08 – PAULO JORGE CARPINTEIRO SILVA VAZ
10. REQ. N.º 1142/10 – PC N.º 205/06 – EMPOGARÇA – CONSTRUÇÕES DA GARCIA, LDA.
11. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE:2013. REQUERENTE: FAMOPLA, FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.
12. REQ. N.º 295/13 – PC N.º 53/13 – FOZMOLDES, LDA.
13. LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ADJUDICAÇÃO. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.
14. PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO. CIVILVIAS – CONSTRUÇÃO E VIAS, LDA. VOTO FAVORÁVEL.
15. 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012 – RETIFICAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 148.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**1 - REQ. N.º 310/13 – PC N.º 55/13 – RTJ-PLÁSTICOS, S.A.**

304 - Presente processo de licenciamento, em nome de RTJ – Plásticos, S.A., com o NIF 502 626 704, com sede na R. da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, referente a execução de obras de ampliação de um edifício destinado a indústria, a levar a efeito no prédio sito na R. da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 369 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo antecedente, PC 431/06, devidamente titulado pelo alvará de licença de construção n.º 26/10;

Presente informação técnica datada de 27/03/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

**Após análise da pretensão a Câmara deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de RTJ – Plásticos, S.A., com o NIF 502 626 704, com sede na R. da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, Marinha Grande, referente a execução de obras de ampliação de um edifício destinado a indústria, a levar a efeito no prédio sito na R. da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande na ficha n.º 369 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à correta conclusão da obra**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 268/12 – PC N.º 434/11 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA**

305 - Considerando que:

- O processo n.º 434/11, respeitante ao pedido de licenciamento de obras de alteração de moradia existente, com vista à sua ampliação e divisão em frações, foi

objeto de parecer desfavorável externo, emitido pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, dado a pretensão estar inserida em área urbana integrada no Plano de Ordenamento da orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC), em virtude de, naquela área, de acordo com o n.º 3 do artigo 32.º do Regulamento do POOC, não serem permitidas obras de construção, reconstrução ou ampliação, apenas sendo admitida a execução de obras de beneficiação.

- O titular do processo de licenciamento, Carlos Manuel Roldão Alves Vieira, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1.ª-Dt.ª, Freguesia de São Domingos de Benfica, Concelho de Lisboa, foi notificado, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, através do Ofício n.º 748/12 datado de 28/08/2012 e rececionado em 04/09/2012, acerca do projeto de indeferimento da pretensão, tendo sido remetida cópia do parecer emitido pela APA.
- Para o efeito foram-lhe concedidos 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 16/10/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo concedido em sede de audiência prévia para que o requerente se pronunciasse sobre o projeto de indeferimento da pretensão, delibera indeferir o pedido de licenciamento de obras de alteração de moradia existente, com vista à sua ampliação e divisão em frações, a levar a efeito no prédio sito na Avenida Marginal, n.º 8, Lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, fundamentado nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violação de servidão administrativa e ter sido objeto de parecer negativo emitido pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, cuja decisão se torna vinculativa para os órgãos municipais, dado a pretensão estar inserida em área urbana integrada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC), referindo o mencionado parecer que, naquela área, de acordo com o n.º 3 do artigo 32.º do Regulamento do POOC, não são permitidas obras de construção, reconstrução ou ampliação, apenas sendo admitida a execução de obras de beneficiação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - REQ. N.º 877/09 – PC N.º 376/08 – JAIME RUI GASPAR NOBRE**

306 - Presente processo de licenciamento referente à obra de reconversão de pavilhões industriais para centro terapêutico e spa, a que foi atribuído o número de processo 376/08, incidente sobre um prédio sito na Avenida José Gregório, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Jaime Rui Gaspar Nobre, com o NIF n.º 203933028, residente em Rua Granja de San Ildefonso, Freguesia e Concelho de Marinha Grande,

dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2009/04/22.

Presente informação técnica datada de 2013/03/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/03/15, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,**

- 1. Considerando que o interessado, Jaime Rui Gaspar Nobre, com o NIF n.º 203933028, residente em Rua Granja de San Ildefonso, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2008/12/12, a reconversão de pavilhões industriais para centro terapêutico e spa, a que foi atribuído o número de processo 376/08, incidente sobre um prédio sito na Avenida José Gregório, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande;**
- 2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2009/04/22;**
- 3. Considerando que o requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2009/10/25, e que não o fez - n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;**
- 4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2010/04/25 - n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE;**
- 5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 artigo 20.º do RJUE;**

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar, o requerente, Jaime Rui Gaspar Nobre, com o NIF n.º 203933028, residente em Rua Granja de San Ildefonso, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 2009/04/22 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 376/08, para reconversão de pavilhões industriais para centro terapêutico e spa.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N.º 1952/11 – PC N.º 05/09 – ARLINDO ALBERTO PAIS OLIVEIRA**

307 - Presente pedido de licenciamento de obras de ampliação de uma edificação existente (construção de alpendre), a que foi atribuído o número de processo 05/09, incidente sobre um prédio sito na Rua Natália Correia, lugar de Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Arlindo Alberto Pais Oliveira, com o NIF n.º 111377994, com residência na Rua Natália Correia, N.º 8, Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 15/07/2010.

Presente informação técnica datada de 02/04/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

**Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de ampliação de uma edificação existente (construção de alpendre), a que foi atribuído o número de processo 05/09, incidente sobre um prédio sito na Rua Natália Correia, Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Arlindo Alberto Pais Oliveira, com o NIF n.º 111377994, com residência na Rua Natália Correia, N.º 8, Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, com prorrogação concedida por despacho de 2011/11/02, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2010/07/15, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 538/11 – PC N.º 20/07 – ANTÓNIO BARROS**

308 - Presente projeto de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 20/07, incidente sobre um prédio sito no lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por António Barros, com o NIF n.º 160339855, residente em Rua Estrada de S. Pedro, n.º 135, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 18/03/2010.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

Presente informação técnica datada de 11/03/2012, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

**Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 20/07, incidente sobre um prédio sito no lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por António Barros, com o NIF n.º 160339855, residente em Rua Estrada de S. Pedro, n.º 135, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, ao qual foi aplicada a duplicação do prazo prevista no n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 18/03/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **6 - REQ. N.º 1964/11 – PC N.º 155/10 – JOAQUIM SOUSA SILVA**

309 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de construção de estação de lavagem de automóveis, a que foi atribuído o número de processo 155/10, incidente sobre um prédio sito em Cova das Raposas, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joaquim Sousa Silva, com o NIF n.º 129143600, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 115, Lugar de Engenho, Freguesia e Concelho de Marinha Grande. Presente informação técnica datada de 2013/04/02, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/02, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

- 1. Considerando que o interessado, Joaquim Sousa Silva, com o NIF n.º 129143600, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 115, Lugar de Engenho, Freguesia e**

**Concelho de Marinha Grande, foi notificado em 2012/03/07 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de construção de estação de lavagem de automóveis, a levar a efeito um prédio sito em Cova das Raposas, Lugar de Pero Neto, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/03/01;**

- 2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, decorreu o prazo de um ano;**
- 3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09;**
- 4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;**

**Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Joaquim Sousa Silva, com o NIF n.º 129143600, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 115, Lugar de Engenho, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 155/10, para construção de estação de lavagem de automóveis, num prédio sito em Cova das Raposas, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **7 - REQ. N.º 556/11 – PC N.º 98/10 – ANA LUISA AGOSTINHO FERREIRA**

310 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e garagem, a que foi atribuído o número de processo 98/10, incidente sobre um prédio sito na Rua Juventude, Lugar de Picassin, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ana Luísa Agostinho Ferreira, com o NIF n.º 169385930, com residência na Rua 10 de Junho, n.º 76, Lugar de Picassin, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 07/04/2011.

Presente informação técnica datada de 02/04/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º**



**5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

**Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar e garagem, a que foi atribuído o número de processo 98/10, incidente sobre um prédio sito na Rua Juventude, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ana Luísa Agostinho Ferreira, com o NIF n.º 169385930, com residência na Rua 10 de Junho, n.º 76, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2011/04/07, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **8 - REQ. N.º 1003/11 – PC N.º 361/08 – ANGELA MARISA PEREIRA LOPES**

311 - Presente pedido de licenciamento de construção de uma moradia e muros, a que foi atribuído o número de processo 361/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Rosas, Lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande apresentado por Ângela Maria Pereira Lopes, com o NIF n.º 219283680, com residência na Rua dos Arrabaldes, n.º 22, R/C-Esq.º, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29/04/2010.

Presente informação técnica datada de 02/04/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

**Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de uma moradia e muros, a que foi atribuído o número de processo 361/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Rosas, Lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande apresentado por Ângela Maria Pereira Lopes, com o NIF n.º 219283680, com residência na Rua dos Arrabaldes, n.º 22, R/C- Esq.º, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime**

Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, duplicado pela aplicação do regime excecional de extensão de prazos, previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2010/04/29, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N.º 175/10 – PC N.º 387/08 – PAULO JORGE CARPINTEIRO SILVA VAZ**

312 - Presente projeto de licenciamento de construção de uma moradia e muro, a que foi atribuído o número de processo 387/08, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, Lugar de Almoínha Velha-Moita, Freguesia de Moita, apresentado por Paulo Jorge Carpinteiro Silva Vaz, com o NIF n.º 195895959, com residência na Rua Esquerda, n.º 28, Almoínha Velha-Moita, Freguesia de Moita, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 15/04/2010.

Presente informação técnica datada de 02/04/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de uma moradia e muro, a que foi atribuído o número de processo 387/08, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, Lugar de Almoínha Velha, Freguesia de Moita, apresentado por Paulo Jorge Carpinteiro Silva Vaz, com o NIF n.º 195895959, com residência na Rua Esquerda, n.º 28, Almoínha Velha, Freguesia de Moita, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, duplicado pela aplicação do regime excecional de extensão de prazos, previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2010/04/15, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 1142/10 – PC N.º 205/06 – EMPOGARÇA – CONSTRUÇÕES DA GARCIA, LDA.**

313 - Considerando que:

- O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento da construção de um edifício habitacional, garagens e muros, a que foi atribuído o número de processo 205/06, incidente sobre o prédio sito em Rua do Rego, Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, o qual foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de Câmara datada de 26/06/2008.

-A empresa titular do processo de licenciamento nº205/06, Empogarça – Construções da Garcia, Lda., com o NIF-506863433, com sede em Rua do Rego da Garcia, n.º 58, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 130/13 para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará dentro do prazo de um ano, previsto no n.º 1 do art.º 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, da respetiva prorrogação do prazo concedida ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo e diploma, e da duplicação do mesmo prazo, pela aplicação do regime excecional da extensão dos prazos prevista no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03;

-Para o efeito lhe foram fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 08/03/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto, previsto no n.º 1 do art.º 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, da respetiva prorrogação do prazo concedida ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo e diploma, e da duplicação do mesmo prazo, pela aplicação do regime excecional da extensão dos prazos prevista no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, sem que a empresa titular (Empogarça – Construções da Garcia, Lda.) do processo nº 205/06, tenha solicitado o respetivo alvará, nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da da construção de um edifício habitacional, garagens e muros, a que foi atribuído o número de processo 205/06, incidente sobre o prédio sito em Rua do Rego, Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 – PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE:2013. REQUERENTE: FAMOPLA, FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.**

314 - Presente pedido apresentado pela sociedade titular do processo de licenciamento n.º 438/2011, relativo à sujeição da operação urbanística aprovada ao quadro de benefícios previstos no Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2013, que se dá por reproduzido.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e simultaneamente a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento municipal da edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção das taxas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de transferir para as instalações objeto do processo de licenciamento 16 trabalhadores que atualmente se encontram afetos a uma unidade industrial sediada em Leiria. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento industrial, que abarca igualmente a transferência de postos de trabalhos de outras áreas geográficas. Nestes termos e ocorrendo a transferência de, pelo menos, 16 trabalhadores, o pedido está enquadrado no patamar que confere a isenção das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

**A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística, licenciada em reunião camarária de 16-08-2012 (Processo de construção n.º 438/2011) em nome de Famopla, Fábrica Portuguesa de Moldes para Plásticos, Lda, no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe as isenções de taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova e se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 1).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 295/13 – PC N.º 53/13 – FOZMOLDES, LDA.**

315 - Presente processo de licenciamento, em nome de Fozmoldes, Lda., com o NIF 503 833 703, com sede em rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.675 e na matriz predial urbana sob o n.º 19.682, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 02/04/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, 314/2001, aprovado em reunião de Câmara datada de 12/09/2001;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Fozmoldes, Lda., com o NIF 503 833 703, com sede em rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.675 e na matriz predial urbana sob o n.º 19.682, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

**1.- Apresentação, no prazo de 6 meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:**

- a) Peças desenhadas que contemplem o recuo do muro tardoz e do telheiro aí previsto, de modo a garantir uma distância mínima de 4,0 m face ao eixo do caminho confinante, ao abrigo do artigo 61.º do RGEU;**
- b) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**

**2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a requalificação da faixa de rodagem da rua das Cavadinhas, ao longo da frente do terreno em que se situa a unidade industrial.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **13 – LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ADJUDICAÇÃO. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.**

316 - Presentes autos de arrematação das 4 lojas, submetidas a hasta pública, realizada em 2 de abril de 2013.

Considerando que, na sequência de hasta pública, foi adjudicada provisoriamente a exploração das 4 lojas, devendo proceder-se à sua adjudicação definitiva.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 64.º, n.º 2, alínea f), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera adjudicar definitivamente a exploração da:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

- a) Loja 2: a Patrícia Sofia Dias Almeida, NIF 230896880, pelo valor mensal de 200,00 euros;
- b) Loja 4: a Tiago Nuno Soares Carreira, NIF 211182540, pelo valor mensal de 111,00 euros;
- c) Loja 5: a PoeirasGlass, Lda., NIPC 510282016, pelo valor mensal de 225,00 euros;
- d) Loja 9: a Alberto Higinio da Cunha Oliveira, NIF 138450765, pelo valor mensal de 180,00 euros.

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as respetivas minutas dos contratos a celebrar.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

**14 - PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO. CIVILVIAS – CONSTRUÇÃO E VIAS, LDA.  
VOTO FAVORÁVEL.**

317 - Presente E/1890/2013, da empresa Civilvias - Construção e Vias, Lda., pela qual é remetido o plano de revitalização da empresa para apreciação e emissão do voto do Município.

Presente E/2377/2013, do Tribunal Judicial da Marinha Grande, pela qual é remetida a lista provisória de créditos.

Considerando que os serviços financeiros não detetaram obstáculos à emissão de voto favorável ao plano apresentado.

Considerando que a aprovação do Plano é a solução que melhor se adequa aos interesses municipais.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 17.º-F, n.º 4 e 211.º, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, delibera emitir voto favorável à aprovação do Plano Especial de Revitalização da empresa Civilvias - Construção e Vias, Lda. (NIPC 503 078 786).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Presidente esteve ausente durante a discussão e votação da presente proposta, tendo sido substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

**15 – 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012 – RETIFICAÇÃO  
NOS TERMOS DO ART.º 148.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

318 - Por deliberação camarária de 13 de Dezembro de 2012 foi aprovada a 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Analizados os documentos verificou-se existir um lapso de escrita nos montantes que constam da redação do texto da deliberação aprovada.

**Atento o exposto a câmara delibera ao abrigo do disposto nos termos do art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo a alteração do texto aprovado sendo que,**

**onde se lê**

***“(…)14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 372.911,13 euros nos reforços e de 372.911,13 euros nas anulações;(…)”***

**deve passar a ler-se**

***“(…)14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 369.011,13 euros nos reforços e de 369.011,13 euros nas anulações;(…)”***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

319 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:45 horas.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
04/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 8

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**